

RELATÓRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO

3.º TRIMESTRE DE 2016

ÍNDICE

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL
2. ANÁLISE FINANCEIRA COMPARATIVA
3. ANÁLISE PLANO DE INVESTIMENTOS
4. PROGRAMA “PAGAR A TEMPO E HORAS”
5. BALANÇO
6. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
7. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS SEE - 2016
8. NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

A análise orçamental está feita tendo por base o Plano de Atividades e Orçamento aprovado, em Novembro de 2015, pelo Conselho de Administração da APSS em funções nessa data.

O 3.º Trimestre de 2016 foi encerrado com Resultados Líquidos positivos de 2,9 milhões de euros, atingindo valores superiores ao previsto para este período em 22,1% (+532 mil euros).

Unid: Euros				
	ORÇAMENTO SET/2016	REAL SET/2016	DIF. (R-O)	% (R-O)
RESULTADOS OPERACIONAIS	3.095.338	3.848.275	752.936	24,3%
RESULTADOS FINANCEIROS	78.000	72.970	-5.030	-6,4%
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	3.173.338	3.921.245	747.907	23,6%
IMPOSTOS	762.489	978.099	215.610	28,3%
RESULTADOS LÍQUIDOS	2.410.849	2.943.146	532.297	22,1%

Resultados Operacionais

No trimestre em análise, a atividade Operacional da APSS foi superior ao orçamentado em 24,3% (+753 mil euros). Os rendimentos operacionais registaram um decréscimo de 3,1% (-529 mil euros), compensado pelo decréscimo dos gastos operacionais (-9,1%; -1,28 milhões de euros).

- Gastos Operacionais

No período em análise, as rubricas de Gastos Operacionais foram inferiores ao orçamentado, com especial destaque para a rubrica de “Fornecimento e Serviços Externos”, com uma variação de – 27% (-711 mil euros).

Para a redução dos gastos com “**Fornecimentos e Serviços Externos**” contribuíram, essencialmente, as rubricas de “Trabalhos Especializados”, “Conservação e Reparação” e “Honorários”, que apresentaram significativos decréscimos face ao previsto.

Na rubrica de “*Trabalhos Especializados*” estão previstos em Orçamento diversos trabalhos de natureza pontual, que ainda não se realizaram, e que justificam o diferencial apurado face ao estimado. Já no que refere à rubrica de “Conservação e Reparação”, o decréscimo resulta do facto de ainda não se terem realizado os trabalhos de dragagens de manutenção previstos para o corrente exercício.

Contrariando a tendência de redução de gastos, está a rubrica da “Água” que regista, no período em análise, um acréscimo de 16,1% (+54 mil euros) comparativamente com os valores previstos para este período. A justificação para esta variação carece de um estudo das redes de água, com vista a apurar eventuais ruturas da mesma.

Através do quadro seguinte podem ser analisadas todas as variações face aos valores orçamentados para o período em apreço:

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	ORÇAMENTO SET/2016	REAL SET/2016	DIF. (R-O)	% (R-O)
FORNEC.SERVIÇOS EXTERNOS	2.630.538	1.919.900	-710.638	-27,0%
Trabalhos Especializados	438.999	324.333	-114.666	-26,1%
Publicidade e Propaganda	55.125	35.047	-20.078	-36,4%
Vigilância e Segurança	203.153	187.328	-15.824	-7,8%
Honorários	58.500	10.872	-47.628	-81,4%
Conservação e Reparação	664.519	213.484	-451.035	-67,9%
Ferramentas e Utensílios	5.250	1.195	-4.055	-77,2%
Livros e Documentação Técnica	1.425	2.051	626	43,9%
Material de Escritório	20.250	13.441	-6.809	-33,6%
Artigos para Oferta	2.625	1.642	-983	-37,5%
Electricidade	331.157	307.520	-23.637	-7,1%
Combustíveis	120.000	88.938	-31.062	-25,9%
Água	333.750	387.364	53.614	16,1%
Outros Flúidos	3.750	1.649	-2.101	-56,0%
Deslocações e Estadas	24.375	18.600	-5.775	-23,7%
Transp. Mercadorias/Pessoal	15.750	14.192	-1.558	-9,9%
Rendas e Alugueres	1.875	293	-1.582	-84,4%
Comunicações	70.960	57.432	-13.528	-19,1%
Seguros	25.650	24.779	-871	-3,4%
Contencioso e Notariado	22.500	5.099	-17.401	-77,3%
Despesas de Representação	15.000	5.027	-9.973	-66,5%
Limpeza/Higiene/Conforto	196.800	205.132	8.332	4,2%
Outros Fornecimentos e Serviços	19.125	14.482	-4.643	-24,3%
GASTOS COM PESSOAL	5.990.243	5.736.279	-253.964	-4,2%
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	4.733.287	4.438.831	-294.456	-6,2%
PERDAS DE IMPARIDADE - DIVIDAS A RECEBER	75.000	75.000	0	0,0%
PROVISÕES	0	0	0	0,0%
OUTROS GASTOS E PERDAS	671.667	648.991	-22.676	-3,4%
GASTOS OPERACIONAIS	14.100.734	12.819.000	-1.281.734	-9,1%
GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	1.500	0	-1.500	-100,0%
TOTAL DE GASTOS E PERDAS	14.102.234	12.819.000	-1.283.234	-9,1%

- Rendimentos Operacionais**

Os Rendimentos Operacionais da APSS registaram uma diminuição de 3,1% (-529 mil euros) face ao valor orçamentado para este período, destacando-se o decréscimo de ganhos nas rubricas dos “Serviços Portuários” (-7,6%; -354 mil euros) e “Taxas e Licenças” (-5,1%; -78 mil euros).

Unid: Euros

RENDIMENTOS E GANHOS	ORÇAMENTO SET/2016	REAL SET/2016	DIF. (R-O)	% (R-O)
SERVIÇOS PORTUÁRIOS	4.664.489	4.310.326	-354.162	-7,6%
TUP Navio	2.130.020	1.957.700	-172.319	-8,1%
Armazenagem	19.397	44.666	25.270	130,3%
Aluguer Equipamento	627	1.400	773	123,3%
Pilotagem	2.430.000	2.215.031	-214.969	-8,8%
Fornecimento Pessoal	11.158	18.662	7.504	67,3%
Estacionamento (TES)	21.688	12.672	-9.016	-41,6%
Outros	51.599	60.195	8.595	16,7%
TAXAS E LICENÇAS	1.517.035	1.438.944	-78.091	-5,1%
Taxas de Ocupação	1.208.343	1.169.413	-38.930	-3,2%
Licenças Diversas	35.511	64.504	28.993	81,6%
Náutica de Recreio	273.181	205.027	-68.155	-24,9%
CONCESSÕES	7.610.820	7.570.743	-40.077	-0,5%
Concessão Multiusos - Zona 1	1.673.648	1.545.961	-127.687	-7,6%
Concessão Multiusos - Zona 2	3.089.338	3.191.419	102.081	3,3%
Concessão Sapec Granéis Sólidos	300.705	276.932	-23.773	-7,9%
Concessão Sapec Granéis Líquidos	110.483	116.445	5.962	5,4%
Concessão Praias do Sado	211.813	191.452	-20.361	-9,6%
Concessão Autoeuropa	388.701	388.583	-118	0,0%
Concessão Tanquisado	58.461	58.461	0	0,0%
Concessão Secil	469.762	495.490	25.729	5,5%
Concessão Teporset	480.517	480.423	-94	0,0%
Concessão Uralada	55.841	56.104	263	0,5%
Concessão Portugalía	10.431	13.333	2.902	27,8%
Concessão Granosalis	0	0	0	0,0%
Concessão Docapesca	198.137	219.618	21.481	10,8%
Concessão Clube Naval Sesimbra	26.929	27.057	127	0,5%
Concessão Lallemand (ex-Mauri)	222.399	228.792	6.393	2,9%
Concessão Repsol	30.485	30.503	17	0,1%
Concessão Atlantic Ferries	189.045	201.815	12.770	6,8%
Concessão Marina Tróia	21.674	23.239	1.565	7,2%
Concessão Artesanalpesca	24.998	25.115	117	0,5%
Concessão Marina Marbelha	43.672	0	-43.672	-100,0%
Concessão Sara Alves Silva	3.780	0	-3.780	-100,0%
TRABALHOS P.P. EMPRESA	75.000	50.610	-24.390	-32,5%
REVERSÕES DE AJUSTAMENTOS	30.000	49.596	19.596	65,3%
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	3.298.729	3.247.057	-51.672	-1,6%
RENDIMENTO OPERACIONAIS	17.196.073	16.667.275	-528.798	-3,1%
JUROS, DIVID. E OUT. REND. SIMILARES	79.500	72.970	-6.530	-8,2%
TOTAL RENDIMENTOS	17.275.573	16.740.245	-535.327	-3,1%

No decréscimo de rendimentos resultantes dos “**Serviços Portuários**” destacam-se os obtidos com a TUP Navio (-8,1%; -172 mil euros) e Taxa de Pilotagem (-8,8%; -215 mil euros).

Os valores obtidos no trimestre em análise, nomeadamente no que se refere à TUP Navio e Taxa de Pilotagem, contrariam a execução dos indicadores de atividade, conforme pode ser analisado no mapa abaixo. Apesar dos indicadores de atividade apresentarem valores superiores aos estimados para este período, existem outras variáveis que estão a afetar negativamente os rendimentos desta natureza, nomeadamente o aumento dos descontos atribuídos, como por ex. linha regular, não previstos aquando da elaboração do orçamento.

Indicadores de Atividade	ORÇAMENTO		REAL	VARIAÇÃO	
	2016	3.º TRIM/16	3.º TRIM/16		%
Mercadoria (Ton)	7.800.000	5.850.000	5.547.493	-302.507	-5,2%
N.º de Navios Ati. Com. (Un.)	1.517	1.138	1.184	46	4,0%
Gross Tonn Nav. Ati. Com. (GT)	18.242.000	13.681.500	14.399.428	717.928	5,2%

O rendimento resultante das “**Concessões Portuárias**” registou uma variação negativa de -0,56% (-38 mil euros) relativamente ao orçamentado para este período, onde se destacaram as concessões do *Terminal Multiusos – Zona 1*, *Terminal Sapec Granéis Sólidos* e *Terminal Praias do Sado*, com uma variação de -7,6% (-128 mil euros), -7,9% (-24 mil euros) e -9,6% (-20 mil euros), respetivamente, face ao estimado para o período em análise. Pela positiva, destacam-se as concessões do Terminal Multiusos – Zona 2 e Terminal Secil, com variações de 3,3% e 5,5%, respetivamente.

Globalmente, as “**Concessões Não Portuárias**” registaram um ligeiro decréscimo (-2 mil euros) face à estimativa para o 3.º trimestre de 2016, devido, essencialmente, às concessões da:

- *Marina Marbelha*: devido à resolução de questões de natureza contratual, não foi emitida qualquer faturação referente ao ano de 2016.
- *Sara Alves Silva*: ainda não se verificou a sua adjudicação.

Os rendimentos com “**Taxas e Licenças**” registaram uma variação negativa de 5,1% (-78 mil euros) face ao valor orçamentado, devido ao decréscimo de rendimentos provenientes das taxas de ocupação (-3,2%; -39 mil euros) e da Náutica de Recreio (-24,9%; -68 mil euros). Para 2016 foi prevista a exploração das áreas na Doca dos Pescadores, após a realização da empreitada de “Aproveitamento da área Líquida da Doca dos Pescadores”, no entanto, até à data, ainda não foi contabilizado qualquer rendimento, justificando, em parte, a quebra dos rendimentos previstos para a Náutica de Recreio.

Resultados Financeiros

Os Resultados Financeiros registaram um valor inferior ao orçamentado em 6,4% (-5 mil euros).

2. ANÁLISE COMPARATIVA REAL 2016/REAL 2015

A Conta de Exploração do 3.º Trimestre de 2016 foi sujeita a determinados ajustamentos extra-contabilísticos (como por ex. Amortizações, Subsídios ao Investimento, Gastos com Pessoal), que visam o cumprimento do Princípio Contabilístico da Especialização das perdas e dos ganhos.

Com a adoção de uma política contabilística concertada com as demais administrações portuárias no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação de bens adquiridos ou construídos por concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente para a empresa no final dos respetivos contratos, a APSS considerou as infraestruturas portuárias construídas no âmbito das Concessões da Teporset e Atlantic Ferries, que irão reverter para a APSS no final do contrato de concessão.

Os *Resultados Líquidos da APSS*, no final do período em análise, atingiram o montante de cerca de 2,9 milhões de euros, ou seja, inferiores em 1,9% face aos Resultados obtidos em igual período de 2015.

Com base nos valores obtidos, foram apurados os respetivos impostos (sobre o Rendimento e Diferido), no valor total de 978 mil euros.

Unid: Euros				
	REAL SET/2015	REAL SET/2016	DIF. (R16-R15)	% (R-R)
RESULTADOS OPERACIONAIS	3.890.769	3.848.275	-42.494	-1,1%
RESULTADOS FINANCEIROS	105.084	72.970	-32.114	-30,6%
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	3.995.853	3.921.245	-74.608	-1,9%
IMPOSTOS	996.333	978.099	-18.233	-1,8%
RESULTADOS LÍQUIDOS	2.999.520	2.943.146	-56.374	-1,9%

Resultados Operacionais

Os Resultados Operacionais registaram um ligeiro decréscimo de 1,1% (- 42 mil euros) face ao período homólogo de 2015.

Esta variação ficou a dever-se a uma diminuição dos rendimentos operacionais (-3,2%; -555 mil euros), devido nomeadamente à quebra dos rendimentos da TUP Navio e de algumas Concessões Portuárias e Não Portuárias. O decréscimo dos Resultados Operacionais não foi superior, tendo em conta que também se verificou um decréscimo dos gastos operacionais em 3,8% (-512 mil euros), face ao 3.º trimestre de 2015, essencialmente, pela não realização de trabalhos de dragagens de manutenção dos canais do porto de Setúbal no ano de 2016.

Ao analisar em pormenor as variações nas diversas rubricas de rendimentos e gastos, ocorridos no trimestre em análise face a igual período do ano de 2015, salienta-se:

Gastos Operacionais

A redução de 512 mil euros dos Gastos Operacionais é justificada pela diminuição registada na rubrica de *Fornecimentos e Serviços Externos* (-24,4%; -620 mil euros) e *Provisões* (-100%; -150 mil euros). Esta variação não foi superior tendo em conta o aumento registado nos *Gastos com Pessoal* (+4,5%; +250 mil euros).

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	REAL SET/2015	REAL SET/2016	DIF. (R16-R15)	% (R-R)
FORNEC.SERVIÇOS EXTERNOS	2.539.964	1.919.900	-620.064	-24,4%
Trabalhos Especializados	365.110	324.333	-40.777	-11,2%
Publicidade e Propaganda	35.565	35.047	-518	-1,5%
Vigilância e Segurança	188.286	187.328	-958	-0,5%
Honorários	46.825	10.872	-35.953	0,0%
Conservação e Reparação	788.647	213.484	-575.163	-72,9%
Ferramentas e Utensílios	2.552	1.195	-1.357	-53,2%
Livros e Documentação Técnica	2.107	2.051	-56	-2,6%
Material de Escritório	17.049	13.441	-3.607	-21,2%
Artigos para Oferta	4.887	1.642	-3.245	100,0%
Electricidade	288.400	307.520	19.120	6,6%
Combustíveis	110.913	88.938	-21.975	-19,8%
Água	344.032	387.364	43.332	12,6%
Outros Flúidos	3.178	1.649	-1.528	-48,1%
Deslocações e Estadas	14.655	18.600	3.945	26,9%
Transp. Mercadorias/Pessoal	16.698	14.192	-2.506	-15,0%
Rendas e Alugueres	3.783	293	-3.490	100,0%
Comunicações	60.023	57.432	-2.592	-4,3%
Seguros	26.326	24.779	-1.547	-5,9%
Contencioso e Notariado	2.327	5.099	2.772	119,1%
Despesas de Representação	13.436	5.027	-8.409	-62,6%
Limpeza/Higiene/Conforto	189.609	205.132	15.522	8,2%
Outros Fornecimentos e Serviços	15.556	14.482	-1.074	-6,9%
GASTOS COM PESSOAL	5.486.727	5.736.279	249.552	4,5%
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	4.435.011	4.438.831	3.819	0,1%
PERDAS DE IMPARIDADE - DIVIDAS A RECEBER	75.000	75.000	0	0,0%
PROVISÕES	150.000	0	-150.000	100,0%
OUTROS GASTOS E PERDAS	644.511	648.991	4.480	0,7%
	0			
GASTOS OPERACIONAIS	13.331.213	12.819.000	-512.213	-3,8%
GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	795	0	-795	0,0%
TOTAL DE GASTOS E PERDAS	13.332.008	12.819.000	-513.008	-3,8%

✓ **Fornecimentos e Serviços Externos (-24,4%; -620 mil euros)**

O decréscimo de gastos com Fornecimentos e Serviços Externos, ficou a dever-se a um conjunto de rubricas, com especial destaque para:

- Conservação e Reparação: -72,9% (-575 mil euros)
O decréscimo dos gastos desta natureza, comparativamente com igual período de 2015, deve-se à não realização de trabalhos de dragagens de manutenção nos canais de navegação e bacias de manobra e estacionamento, no ano de 2016.

Contrariando a tendência das restantes rubricas desta natureza, os gastos com Água registaram um acréscimo de 12,6% (+43 mil euros), quando comparados com igual período de 2015. Este acréscimo verificou-se, exclusivamente, no consumo de água no porto de Sesimbra (+48 mil euros; +24,3%), sendo que no Porto de Setúbal registou-se uma quebra de 3,2% (-4,7 mil euros). Este aumento de gastos não está relacionado com um eventual acréscimo da venda de água a terceiros, isto porque os rendimentos decorrentes da venda de água, registaram um acréscimo de apenas 3,2% (+3 mil euros), comparativamente com o ano de 2015.

A justificação para este significativo aumento de gastos, poderá ser obtida através de uma análise mais rigorosa de toda a rede de águas do Porto de Sesimbra.

Os gastos com Limpeza/Higiene/Conforto também sofreram um acréscimo de 8,2% (+16 mil euros) relativamente a 2015, devido ao aumento das áreas de limpeza sob a responsabilidade da APSS.

✓ **Gastos com Pessoal (+4,5%; +250 mil euros)**

Os Gastos com Pessoal sofreram um aumento de 4,5% quando comparado com igual período de 2015, reflexo de duas situações:

- entrada de colaboradores depois do 2.º trimestre de 2015: verificou-se o regresso de dois colaboradores que se encontravam em Licença sem vencimento e foram admitidos três novos colaboradores, para a área de Pilotagem e VTS.
- descongelamento das progressões nas carreiras e respetivas diuturnidades, à data de 1 de Julho de 2016.

Rendimentos Operacionais

Com vista ao cumprimento do Princípio da Especialização foram realizados, neste período, ajustamentos ao nível dos rendimentos resultantes de Taxas e Licenças e Concessões, pela afetação dos correspondentes duodécimos já que a faturação corresponde, na sua maioria, ao ano completo.

✓ **Serviços Portuários (-6%; -277 mil euros)**

Em termos estatísticos, a movimentação portuária no trimestre em análise face a igual período do ano de 2015 é a seguinte:

ATIVIDADE PORTUÁRIA	SETEMBRO/2016	SETEMBRO/2015	VAR.16/15
MOVIMENTAÇÃO MERCADORIAS (Ton)	5.547.493	5.702.719	-2,7%
N.º NAVIOS (em ativ.comercial)	1.184	1.081	9,5%
Total GT (Ton)	14.399.428	13.377.773	7,6%

Com exceção da Movimentação de Mercadorias que registou uma ligeira quebra (-155.226 ton), os restantes indicadores revelam uma melhoria na movimentação portuária, com um aumento do número de navios (+103) conjugado com o aumento do respetivo GT (+1.021.655 ton).

Apesar da melhoria dos indicadores portuários, não se verificou um reflexo direto nos rendimentos resultantes dos “Serviços Portuários”, quando comparado com período homólogo de 2015. E para esta variação negativa contribuíram as rubricas da TUP Navio (-10,7%; -235 mil euros) e Taxa de Pilotagem (-2,5%; -58 mil euros).

Através do quadro seguinte, podemos avaliar em que tipo de Navio se verificou a maior variação face ao ano de 2015, concluindo-se que o decréscimo global registado na rubrica de TUP Navio está relacionado com uma quebra nos rendimentos resultantes da TUP Graneleiros e TUP Navios RoRo, com decréscimos de 37,7% e 17,6%, respetivamente.

TUP NAVIO	3.º TRIMESTRE		VARIAÇÃO	
	2015	2016		%
Contentores	220.008	243.564	23.556	10,7%
Graneleiros	547.103	340.616	-206.487	-37,7%
Passageiros	0	774	774	100,0%
Ro-Ro	554.338	456.849	-97.489	-17,6%
Navios Tanque	345.257	345.203	-54	0,0%
Restantes Embarcações	502.293	535.313	33.020	6,6%
Taxa de Recolha de Resíduos	23.471	35.381	11.910	50,7%
TOTAL	2.192.469	1.957.700	-234.769	-10,7%

O decréscimo da TUP Navio Graneleiros está relacionado, em parte, com a redução no n.º de navios bem como do respetivo GT, conforme se conclui dos mapas seguintes:

N.º de Navios	Real 2015	Real 2016	Variação	
Carga Geral	494	473	-21	-4,3%
RORO	221	248	27	12,2%
G. Líquidos	65	63	-2	-3,1%
Graneleiros	74	59	-15	-20,3%
Contentores	227	341	114	50,2%
	1081	1184	103	9,5%

GT	Real 2015	Real 2016	Variação	
Carga Geral	2.199.703	2.097.430	-102.273	-4,6%
RORO	7.063.348	7.554.660	491.312	7,0%
G. Líquidos	340.481	292.233	-48.248	-14,2%
Graneleiros	1.645.421	1.355.478	-289.943	-17,6%
Contentores	2.128.820	3.099.627	970.807	45,6%
	13.377.773	14.399.428	1.021.655	7,6%

No entanto, as variações ocorridas nos rendimentos com TUP Navio, não estão apenas relacionadas com a movimentação portuária, mas também com a ocorrência de algumas situações específicas com impacto nos valores obtidos, quando comparado com o ano de 2015:

- no caso da TUP Navio Graneleiros, no 1.º trimestre de 2015, registou-se a permanência prolongada de um navio no Fundeadouro (aguardava a entrada na Lisnave para reparação), cujo rendimento ascendeu, aproximadamente, a 80 mil euros.
- a quebra da TUP Navios RoRo está também relacionada com um aumento significativo dos descontos de Linha Regular, que, em algumas casos, no ano de 2015 rondava os 26% e em 2016 ascenderam aos 40%.

✓ **Concessões (-2%; -157 mil euros)**

As *Concessões Portuárias* registaram um acréscimo de 0,7% (+45 mil euros) face ao 3.º trimestre de 2015, resultante da *Concessão Multiusos – Zona 2*, que em termos de movimentação portuária teve um acréscimo de 17,1% face a igual período de 2015, refletindo-se num aumento dos rendimentos de 7,8% (+230 mil euros).

Por outro lado registaram-se variações negativas de maior relevo nas seguintes concessões:

- *Concessão Multiusos – Zona 1*, cujo rendimento decresceu em 5,9% (-96 mil euros), face a igual período de 2015, devido, nomeadamente, a uma quebra na movimentação portuária de 9,7%.
- *Concessão Sapec Granéis Sólidos*, que registou uma redução da movimentação portuária de 17,9%, com efeitos diretos nos rendimentos na ordem dos 8,2% (-25 mil euros).
- *Concessão Tanquisado*, com um decréscimo da movimentação portuária de 60,6%, refletindo-se numa diminuição dos respetivos rendimentos em 32,4% (-28 mil euros).

Em termos globais, as *Concessões não Portuárias* registaram um decréscimo de 20,8% (-202 mil euros) comparativamente com idêntico período de 2015.

As concessões que contribuíram para o referido decréscimo de rendimentos, foram:

- *Concessão Marina Marbella* – devido à resolução de questões de natureza contratual, não foi emitida qualquer faturação referente ao ano de 2016, justificando a variação negativa de 100% nos rendimentos.
- *Concessão da Granosalis* (-100%; -29 mil euros), que se deve ao facto do contrato de concessão ter sido revogado.

Todas as restantes Concessões não Portuárias registaram valores acima dos obtidos em 2015.

✓ **Outros Rendimentos e Ganhos (-4,9%; -167 mil euros)**

Em 2015, registou-se um acréscimo de rendimentos nesta rubrica devido ao débito de juros de mora resultante do pagamento de uma dívida em atraso (60 mil euros). Sendo rendimentos de carácter pontual, justifica uma variação tão significativa face a igual trimestre do corrente ano.

O reconhecimento dos Subsídios ao Investimento, como rendimento do exercício, também sofreu um decréscimo face ao ano anterior (-55 mil euros), resultante da amortização total dos projetos de investimento respetivos.

Resultados Financeiros

Em Janeiro de 2011, foi efetuada a liquidação total e antecipada do empréstimo contraído junto do Banco BPI, passando a situação a ser de endividamento nulo, razão pela qual não existem gastos de natureza financeira.

Por outro lado, os juros resultantes das aplicações financeiras dos meios libertos de tesouraria registaram um decréscimo face ao 3.º trimestre de 2015, devido à contínua redução das taxas de juro praticadas pelo IGCP.

Unid: Euros

RENDIMENTOS E GANHOS	REAL SET/2015	REAL SET/2016	DIF. (R16-R15)	% (R-R)
SERVIÇOS PORTUÁRIOS	4.586.917	4.310.326	-276.591	-6,0%
TUP Navio	2.192.469	1.957.700	-234.769	-10,7%
Armazenagem	24.284	44.666	20.382	83,9%
Aluguer Equipamento	1.986	1.400	-586	-29,5%
Pilotagem	2.272.836	2.215.031	-57.805	-2,5%
Fornecimento Pessoal	12.593	18.662	6.068	48,2%
Estacionamento (TES)	21.766	12.672	-9.094	-41,8%
Outros	60.982	60.195	-787	-1,3%
TAXAS E LICENÇAS	1.444.664	1.438.944	-5.720	-0,4%
Taxas de Ocupação	1.166.361	1.169.413	3.052	0,3%
Licenças Diversas	68.061	64.504	-3.557	-5,2%
Náutica de Recreio	210.242	205.027	-5.215	-2,5%
CONCESSÕES	7.727.436	7.570.743	-156.693	-2,0%
Concessão Multiusos - Zona 1	1.642.311	1.545.961	-96.349	-5,9%
Concessão Multiusos - Zona 2	2.961.604	3.191.419	229.815	7,8%
Concessão Sapec Granéis Sólidos	301.565	276.932	-24.632	-8,2%
Concessão Sapec Granéis Líquidos	126.191	116.445	-9.746	-7,7%
Concessão Praias do Sado	202.008	191.452	-10.556	-5,2%
Concessão Autoeuropa	386.768	388.583	1.816	0,5%
Concessão Tanquisado	86.499	58.461	-28.038	-32,4%
Concessão Secil	514.536	495.490	-19.045	-3,7%
Concessão Teporset	479.104	480.423	1.319	0,3%
Concessão Uralada	55.841	56.104	263	0,5%
Concessão Portugália	11.059	13.333	2.274	100,0%
Concessão Granosalis	42.775	0	-42.775	-100,0%
Concessão Docapesca	205.863	219.618	13.755	6,7%
Concessão Clube Naval Sesimbra	25.993	27.057	1.063	100,0%
Concessão Lallemand (ex-Mauri)	221.778	228.792	7.014	3,2%
Concessão Repsol	30.360	30.503	143	0,5%
Concessão Atlantic Ferries	188.551	201.815	13.265	7,0%
Concessão Marina Tróia	20.176	23.239	3.063	15,2%
Concessão Artesanalpesca	24.998	25.115	117	0,5%
Concessão Marina Marbelha	199.457	0	-199.457	0,0%
Concessão Sara Alves Silva	0	0	0	0,0%
TRABALHOS P.P. EMPRESA	0	50.610	50.610	100,0%
REVERSÕES DE AJUSTAMENTOS	48.373	49.596	1.223	2,5%
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	3.414.591	3.247.057	-167.535	-4,9%
RENDIMENTOS OPERACIONAIS	17.221.982	16.667.275	-554.707	-3,2%
JUROS, DIVID. E OUT. REND. SIMILARES	105.879	72.970	-32.909	-31,1%
TOTAL RENDIMENTOS	17.327.861	16.740.245	-587.616	-3,4%

3. ANÁLISE DO PLANO DE INVESTIMENTOS

A realização financeira do Plano de Investimentos no final do período em análise atingiu o montante 832 mil euros, que representa 7,6% do valor orçamentado para o corrente ano.

Dos investimentos realizados neste período, destacam-se os seguintes:

- A contínua elaboração de estudos no âmbito do projeto “*Melhoria dos Acessos Marítimos ao porto de Setúbal*”.
- A execução da empreitada de “*Recuperação e Valorização do Sapal e do Estuário do Sado*”, com investimento de 32 mil euros, no período em análise.
- No âmbito do projeto “*Melhoria da Eficiência Energética*”, foram realizados diversos trabalhos desta natureza, como por ex. “*Remodelação das Instalações Elétricas do Edifício dos Pilotos*”, “*Substituição dos projetores das torres de iluminação do porto de Sesimbra*” e “*Fornecimento/Montagem de uma Unidade de Tratamento de Ar Novo*”.
- A conclusão do projeto “*Aproveitamento da área líquida junto ao molhe exterior da doca de pesca*”, que teve início no ano de 2015, e cujo investimento total ascendeu a 518 mil euros. Este projeto tem financiamento comunitário no âmbito do PROMAR.
- Foram iniciados os trabalhos de implementação da JUP II, CUP - Cartão Único Portuário e FUP – Fatura Única Portuária, cujo investimento ascende, no final do trimestre em análise, a 53 mil euros.

		Unid: Euros
PROJECTOS	2016	set-16
PORTO COMERCIAL: LOGÍSTICA PORTUÁRIA		
Melhoria dos Acessos Marítimos ao porto de Setúbal	675.000	142.727
Ampliação da área de estacionamento e melhoria de acessos ao TMS2	1.000.000	974
Reparação de Infraestruturas no Terminal Roll-on Roll-Off	900.000	
Requalificação no Terminal TMS 1	2.750.000	37.417
Modernização das linhas férreas na área de jurisdição da APSS	650.000	23.414
Requalificação do Terminal TERMITRENA/TEPORSET	1.000.000	
PORT OF SETÚBAL PLUS	50.000	
Sistema de Informação Portuário	525.000	52.577
AMBIENTE E SEGURANÇA		
Rec. e valorização do Sapal e do estuário do Sado e desenv. de um Observatório de Aves	75.000	31.732
Melhoria da Eficiência Energética	239.500	148.008
Lancha de Pilotagem	300.000	
Melhoria do Assinalamento Marítimo	15.000	26.645
PORTO DE PESCA		
Reabilitação do Edifício do Mercado de 2ª venda (ex-lota)	205.000	
Reabilitação do Edifício dos Cacifos para aprestos marítimos	25.000	
Ordenamento da área envolvente da Doca dos Pescadores	630.000	88.193
Ordenamento do porto de Sesimbra	117.500	4.716
PORTO-CIDADE		
Outras intervenções na zona ribeirinha	940.000	31.513
Requalificação da zona nascente da Doca de Recreio das Fontainhas	450.000	
Remodelação dos Edifícios da Autoridade Portuária	189.000	42.886
OUTROS INVESTIMENTOS	232.330	201.165
TOTAL	10.968.330	831.968

4. PROGRAMA “PAGAR A TEMPO E HORAS”

Tendo como principal objetivo a redução dos prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas, foi aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 de 14 de Fevereiro, o PROGRAMA “PAGAR A TEMPO E HORAS”. Este programa abrange serviços e fundos da administração direta e indireta do Estado, Regiões Autónomas, os municípios e empresas públicas, de acordo com diferentes regras e mecanismos.

De acordo com o definido no n.º 6 do Anexo à RCM n.º 34/2008 e alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009 de 13 de Abril, a evolução do Prazo Médio de Pagamentos a fornecedores (PMP) da APSS é o seguinte:

PMP	31-12-2015	31-03-2016	30-06-2016	30-09-2016
Prazo Médio de Pagamentos	54	52	56	48

Por norma, todos os contratos de fornecimento de bens e/ou prestação de serviços são negociados com um Prazo de Pagamento, máximo, de 60 dias (da data de emissão da fatura). Habitualmente este prazo é cumprido, contudo existem algumas exceções devido ao tempo necessário na obtenção/análise de esclarecimentos que resultam num dilatar do prazo acordado e, em consequência, do prazo médio de pagamentos.

Exemplo disso é um conjunto de faturas relativamente às quais a APSS não concorda com o seu pagamento.

Considerando para o respetivo cálculo o montante de 277 mil euros correspondentes às faturas não aceites de 2005 e 2006, o prazo médio de pagamentos é conforme se pode verificar no quadro seguinte:

PMP	31-12-2015	31-03-2016	30-06-2016	30-09-2016
Prazo Médio de Pagamentos	65	65	70	67

5. BALANÇO

		Unid.: Euros	
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		30-09-2016	31-12-2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos Intangíveis		105.318,09	44.790,53
Ativos fixos tangíveis		81.794.867,01	85.462.257,04
Clientes M/L Prazo		0,00	0,00
Outras Contas a Receber		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		380,82	86,21
Ativos por impostos diferidos		350.224,12	367.618,30
		82.250.790,04	85.874.752,08
Ativo corrente			
Inventários			
Clientes		1.532.554,66	2.614.533,26
Adiantamentos a fornecedores		590,00	590,00
Estado e outros entes públicos		32.440,29	62.216,88
Accionistas/sócios			
Outras contas a receber		637.051,02	95.469,30
Diferimentos		39.494,51	95.262,28
Caixa e depósitos bancários		26.339.900,22	23.145.619,21
		28.582.030,70	26.013.690,93
Total do Ativo		110.832.820,75	111.888.443,01
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado		15.100.000,00	15.100.000,00
Prêmios de emissão			
Reservas legais		3.190.062,46	3.190.062,46
Outras reservas		32.070.515,60	30.347.760,41
Reservas não distribuíveis - Concessões		1.065.222,38	810.139,39
Resultados transitados		20.620,19	20.620,19
Outras variações no capital próprio		27.604.186,09	29.071.305,96
		79.050.606,72	78.539.888,41
Resultado líquido do período		2.943.145,96	3.700.593,37
Interesses minoritários			
Total do Capital Próprio		81.993.752,69	82.240.481,78
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		490.974,63	490.974,63
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		473.575,58	544.572,22
Passivos por impostos diferidos		429.034,36	370.076,42
Outras Contas a Pagar		8.190.134,62	8.639.207,97
Diferimentos		13.035.864,23	13.603.364,81
		22.619.583,42	23.648.196,05
Passivo corrente			
Fornecedores		714.025,45	857.417,25
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		823.803,06	339.776,74
Acionistas/sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		2.292.666,44	2.956.049,53
Diferimentos		2.388.989,69	1.846.521,66
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		6.219.484,64	5.999.765,18
Total do Passivo		28.839.068,06	29.647.961,23
Total do Capital Próprio e do Passivo		110.832.820,75	111.888.443,01

6. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Unid.: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		
		ORÇAMENTO	30-09-2016	30-09-2015
Vendas e Serviços Prestados		13.792.344	13.320.013	13.759.017
Trabalhos para a própria entidade		75.000	50.610	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0		0
Fornecimentos e serviços externos		-2.630.538	-1.919.900	-2.539.964
Gastos com o pessoal		-5.990.243	-5.736.279	-5.486.727
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-45.000	-25.404	-26.627
Provisões (aumentos/reduções)		0	0	-150.000
Outros rendimentos e ganhos		1.240.021	1.303.852	1.388.696
Outros gastos e perdas		-671.667	-648.991	-644.511
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5.769.917	6.343.901	6.299.885
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-4.733.287	-4.438.831	-4.435.011
Subsídios ao Investimento		2.058.708	1.943.205	2.025.895
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3.095.338	3.848.275	3.890.769
Juros e rendimentos similares obtidos		79.500	72.970	105.879
Juros e gastos similares suportados		-1.500	0	-795
Resultados antes de impostos		3.173.338	3.921.245	3.995.853
Imposto sobre o Rendimento - Corrente		-696.010	-901.747	-920.026
Imposto sobre o Rendimento - Diferido		-66.479	-76.352	-76.307
Resultado Líquido do Período		2.410.849	2.943.146	2.999.520

Resultado Líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da empresa-mãe		2.410.849	2.943.146	2.999.520
Interesses Minoritários				
		2.410.849	2.943.146	2.999.520
Resultado por acção básico		0,80	0,97	0,99

7. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS SEE - 2016

No âmbito das Orientações Estratégicas para o Setor Empresarial do Estado, foi definida uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promovam o equilíbrio operacional.

Foi, igualmente definido, que as empresas com EBITDA positivo deveriam assegurar a redução do peso dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com Pessoal no Volume de Negócios.

Desta forma, apresenta-se, através dos seguintes quadros, o ponto de situação à data de 30/9/2016:

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	ORÇAMENTO SET/2016	REAL SET/2016	DIF. (R-O)	% (R-O)
FORNEC.SERVIÇOS EXTERNOS	2.630.538	1.919.900	-710.638	-27,0%
GASTOS COM PESSOAL	5.990.243	5.736.279	-253.964	-4,2%
FSE + GASTOS COM PESSOAL	8.620.780	7.656.178	-964.602	-11,2%
VOLUME DE NEGÓCIOS	14.354.863	13.950.870	-403.993	-2,8%
PESO DOS GASTOS NO VOLUME NEGÓCIOS (%)	60,1%	54,9%		
VARIAÇÃO ORÇ/REAL	-8,6 p.p.			

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	REAL SET/2015	REAL SET/2016	DIF. (16-15)	% (16-15)
FORNEC.SERVIÇOS EXTERNOS	2.539.964	1.919.900	-620.064	-24,4%
GASTOS COM PESSOAL	5.486.727	5.736.279	249.552	4,5%
FSE + GASTOS COM PESSOAL	8.026.691	7.656.178	-370.513	-4,6%
VOLUME DE NEGÓCIOS	14.370.227	13.950.870	-419.357	-2,9%
PESO DOS GASTOS NO VOLUME NEGÓCIOS (%)	55,9%	54,9%		
VARIAÇÃO REAL16/REAL15	-1,7 p.p.			

Quando comparado com o previsto em termos orçamentais e reais, o objetivo de assegurar a redução do peso dos Gastos no Volume de Negócios foi atingida, verificando-se uma redução de 8,6 p.p e 1,7 p.p, respetivamente.

No trimestre em análise, e tendo em consideração as toneladas movimentadas, verificou-se um decréscimo dos gastos por tonelada quer quando comparado com o realizado em igual período do ano de 2015, quer quando comparado com o valor orçamentado para este período.

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	ORÇAMENTO SET/2016	REAL SET/2016	DIF. (R-O)	% (R-O)
FSE + GASTOS COM PESSOAL	8.620.780	7.656.178	-964.602	-11,2%
TONELADAS MOVIMENTADAS	5.850.000	5.547.493	-302.507	-5,2%
GASTOS POR TONELADA	1,47	1,38		
VARIAÇÃO ORÇ/REAL	-6,3 p.p.			

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	REAL SET/2015	REAL SET/2016	DIF. (16-15)	% (16-15)
FSE + GASTOS COM PESSOAL	8.026.691	7.656.178	-370.513	-4,6%
TONELADAS MOVIMENTADAS	5.702.718	5.547.493	-155.225	-2,7%
GASTOS POR TONELADA	1,41	1,38		
VARIAÇÃO REAL15/REAL14	-1,9 p.p.			

8. NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

De acordo com o Ofício Circular n.º 6132 da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, de 06/08/2010, há que prestar informação sobre a forma de aplicação das normas de contratação pública, especificamente para contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 125.000 euros (s/IVA).

Até ao final do 3.º trimestre de 2016, a APSS efetuou a seguinte adjudicação de prestações de serviços, que se enquadra nos parâmetros atrás referidos.

- Adjudicação, em 22/06/2016, à empresa *EDP Comercial*, o *fornecimento de energia elétrica em M.T e B.T.E*, para o período de 1 de julho de 2016 a 30 de junho de 2017, no montante de 418.051,47 euros.
O procedimento adotado foi o *Concurso Público*, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01/2010.

RELATÓRIO DO 3.º TRIMESTRE DE 2016

DO CONSELHO FISCAL

1. Introdução

No cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de novembro, que rege a APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA (APSS) e aprovou os respetivos Estatutos, conjugado com o n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais e ainda por força do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o regime jurídico do sector público empresarial, vem o Conselho Fiscal emitir o seu Relatório relativo ao 3.º trimestre de 2016.

O presente relatório versa os controlos efetuados, anomalias detetadas e os principais desvios ocorridos entre os valores executados até ao final do 3.º trimestre de 2016 e os verificados no período homólogo. De igual forma são evidenciados os desvios verificados entre os valores executados durante o 3º trimestre de 2016 e os orçamentados para esse período de acordo com o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) da APSS, datado de 13 novembro de 2015 e sobre o qual recaiu o parecer do Conselho Fiscal, de 13 de janeiro de 2016. O PAO foi objeto de aprovação por despacho do Senhor Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças n.º 1280/16-SEATF, de 2 de dezembro, na sequência do despacho da Senhora Ministra do Mar, de 14 de novembro de 2016¹.

O relatório abrange o conjunto de factos ocorridos durante o 3.º trimestre de 2016 e tem por base o Relatório Económico-Financeiro do Conselho de Administração da Sociedade, relativo ao 3.º trimestre de 2016, bem como, do Memorando de Acompanhamento do Revisor Oficial de Contas (ROC) que integra o Conselho Fiscal, datado de 9 de junho de 2017, anexo ao presente documento, constituindo parte integrante do mesmo e ainda da análise das atas do Conselho de Administração e nos esclarecimentos prestados pela Sociedade.

¹ De acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do Artigo 8.º dos Estatutos da APSS, bem como, em consonância com a deliberação da Assembleia Geral da APSS realizada em 29 de junho de 2016, a aprovação do PAO careceria de Deliberação Unânime por Escrito.

2. Atividade desenvolvida e análise da execução orçamental

Relativamente aos factos e resultados atingidos no 3.º trimestre de 2016, evidenciam-se os seguintes aspetos:

- O Resultado Líquido no final do 3.º trimestre de 2016 atingiu o montante de cerca de 2,9 milhões de euros, situando-se acima do valor orçamentado, em cerca de 22,1%, (correspondente a cerca de 532,3 mil euros) ainda que a um nível ligeiramente inferior ao verificado no período homólogo, em cerca de – 1,9% (correspondente a cerca de – 56,4 mil euros);
- As variações ocorridas no resultado líquido e em consonância com a situação económico financeira da empresa reflectem, essencialmente, os movimentos verificados no resultado operacional. Este resultado alcançou, no final do 3º trimestre, o valor de cerca de 3.848 mil euros, cerca de +24,3% do previsto no orçamento (correspondente, a cerca de 752,9 mil euros) e cerca de – 1,1% do verificado no período homólogo (correspondente, a cerca de –42,5 mil euros);
- Relativamente à variação positiva verificada no resultado operacional, resultante da comparação com o valor orçamentado, tal fundamenta-se numa redução de gastos, superior ao previsto no orçamento e que superou a variação verificada nos rendimentos, destacando-se os seguintes desvios:
 - i) Redução da rubrica de FSE, em particular, dos gastos com trabalhos especializados e de conservação e reparação, face à ausência, até ao final do 3º trimestre, da realização de trabalhos pontuais previstos no plano, bem como, os de dragagens de manutenção;
 - ii) Redução dos gastos com pessoal justificado pelo facto dos valores orçamentados considerarem os respetivos duodécimos vencidos, enquanto, os valores reais têm em conta o princípio da especialização do exercício;

- iii) Redução dos rendimentos provenientes dos serviços portuários, em particular do TUP navio e da taxa de pilotagem que, entre outras variáveis, refletem descontos atribuídos na tarifa de uso do porto aos navios e embarcações, designadamente, nas linhas regulares, ou seja, os efeitos da política comercial de descontos da APSS não quantificada nem refletida no plano.
- Quanto à variação verificada no resultado operacional relativamente ao período homólogo (de sinal negativo embora sem grande expressão), constata-se que a redução dos rendimentos operacionais superou a dos gastos. Destacando-se, ao nível dos rendimentos, a redução dos provenientes da TUP navio, refletindo, essencialmente, a redução do n.º de navios graneleiros que atracaram no porto, bem como, outras situações específicas, tais como, a permanência prolongada de um navio no porto, em 2015, que provocou um acréscimo da TUP graneleiros, nesse ano, influenciando assim a comparação com 2016. Mais se destaca o aumento dos descontos de linha regular que provocou uma redução da TUP RoRo, tal como já havia sido sublinhado no relatório do Conselho Fiscal do 1º semestre de 2016. Igualmente, se refere, a redução dos rendimentos provenientes das concessões, em particular das concessões da Marina Marbelha e da Multiusos – Zona 1, embora o impacto tenha ficado diluído em face do efeito positivo do incremento dos rendimentos provenientes da concessão multiusos - Zona 2. Refere-se, ainda, a redução de “outros rendimentos e ganhos” que traduz rendimentos de carácter pontual e por conseguinte fortemente influenciáveis por fatores esporádicos.

Ao nível dos gastos operacionais destaca-se a redução na rubrica de conservação e reparação uma vez que não foram até ao final do 3º trimestre efetuados os trabalhos de dragagens de manutenção;

- O Resultado financeiro no final do 3.º trimestre de 2016 atingiu o montante de cerca de 72,9 mil euros, sem peso expressivo no resultado líquido alcançado, salientando-se contudo, uma redução de cerca de 30,6% em relação ao verificado no período homólogo, cerca de -32 mil euros, refletindo a redução das taxas de juro praticadas pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E (IGCP);

Mais se evidencia a manutenção da situação de endividamento remunerado nulo, razão pela qual a empresa não apresenta gastos de natureza financeira desde janeiro de 2011;

Salienta-se, ainda, que embora a APSS concentre as disponibilidades e aplicações financeiras no IGCP, a empresa detinha no final do 3.º trimestre três contas junto de instituições bancárias representando um saldo residual de disponibilidades de cerca de 5% em relação ao total de Caixa e depósitos bancários. De acordo com informação prestada pela APSS estas contas visam apenas satisfazer pagamentos de serviços cujos recursos disponibilizados pelo IGCP não dão a resposta mais adequada, designadamente, por não permitir diferenciar os intervenientes no processo de pagamento, em termos de separação entre execução e aprovação. Por conseguinte e à semelhança do procedimento efetuado em anos anteriores foi solicitada, no decorrer do último trimestre de 2016, a dispensa parcial do princípio da Unidade de Tesouraria, a qual, contudo, veio a ser indeferida por Despacho n.º 1339/16-SEATF, de 21 de dezembro de 2016;

- O acréscimo da movimentação portuária no porto de Setúbal, destacando-se o aumento do n.º de navios que escalaram no porto de Setúbal até ao final do 3.º trimestre de 2016, em relação ao verificado no período homólogo, em cerca de 9,5% (correspondente a + 103 navios) em particular, navios de contentores, embora, se tenha registado uma pequena quebra na movimentação de mercadorias em cerca de - 2,7% (cerca de - 155,2 mil Ton);
- O ligeiro decréscimo do peso dos gastos operacionais, ao nível do FSE e Gastos com pessoal, no volume de negócios (variação de cerca de -1,7 pp) resultante da comparação dos valores verificados no final do 3.º trimestre de 2016, com os ocorridos no final do período homólogo. Tal variação justifica-se, essencialmente, pelo facto da variação percentual de redução dos gastos ter sido superior à variação percentual da redução do volume de negócios, influenciados pela redução dos custos associados aos trabalhos de dragagens de manutenção, conforme já referido.

- Mais se destaca que apesar de a APSS ter sido excecionada do disposto no n.º 3 do artigo 96.º da Lei OE 2016, em matéria de gastos operacionais com comunicações, com deslocações, com ajudas de custo, com alojamento e os associados à frota automóvel, os acréscimos verificados entre os gastos realizados até final do 3º trimestre de 2016 e os verificados no período homólogo não foram materialmente relevantes e abrangeram apenas as rubricas de gastos com deslocações/estadas e com ajudas de custo (em cerca de 5 mil euros);

Igualmente e embora a matéria tenha também sido objeto de excecionamento, refere-se o facto de se constatarem acréscimos nos encargos com pessoal (cerca de 249,5 mil euros, relativamente aos valores registados no período homólogo), que decorrem do facto da APSS ter recrutado novos trabalhadores em 2015, devidamente autorizados nos termos da legislação vigente para as empresas do SEE e cujo principal impacto salarial só se fez sentir em 2016.

- A execução do plano de investimentos até ao final do 3.º trimestre de 2016 foi de cerca de 831,9 mil euros, correspondente apenas a cerca de 7,6% do orçamentado, com base na utilização somente de recursos próprios, destacando-se o facto do plano de reabilitação das infraestruturas portuárias que estava subjacente à criação de condições que permitissem a entrada de navios de maior dimensão, encontrar-se no período a que reporta o presente parecer ainda numa fase preliminar de estudo, designadamente de impacto ambiental.
- O Prazo Médio de Pagamentos (PMP) obtido no final do 3.º trimestre de 2016, apurado nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 14 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, foi de 48 dias (não considerando as faturas, no montante de 277 mil euros, de 2005 e 2006 não aceites pela APSS mencionadas em anteriores relatórios), registando um decréscimo em relação aos valores alcançados nos trimestres anteriores.

- A APSS, S.A. no trimestre em análise não efetuou novas adjudicações de prestação de serviços superiores a 125 mil euros, pelo que, até final do 3.º trimestre, regista-se apenas a adjudicação à EDP comercial referente ao fornecimento de energia elétrica.
- Em termos gerais e comparando os resultados alcançados no final do 3.º trimestre de 2016, com os verificados no final do ano de 2015, conclui-se que a empresa continua a manter uma sólida situação económico-financeira, registando um ligeiro acréscimo no rácio de solvabilidade (capital próprio/passivo), embora mantendo os valores de autonomia financeira (capital próprio/ativo) que, no final do 3.º trimestre de 2016 atingiram, respetivamente, de 2,84 e de 74%.

3. Conclusão

Em suma, conclui-se que o Relatório Económico-Financeiro relativo ao 3.º trimestre de 2016, apresentado pelo seu Conselho de Administração, reflete a atividade e o desempenho da empresa no período em causa, com informação detalhada e justificativa das alterações ocorridas, não tendo sido detetadas quaisquer anomalias, salvaguardando-se, contudo, os principais aspetos e considerações evidenciados no Memorando de Acompanhamento do ROC, que integra o Conselho Fiscal, constante do anexo ao presente documento.

No período em questão, a Sociedade evidencia um desempenho acima do previsto no orçamento, ainda que ligeiramente inferior ao verificado no período homólogo.

16 de junho de 2017

O Conselho Fiscal,



Teresa Isabel Carvalho Costa (Presidente)



Sara Alexandra Ribeiro Pereira Simões Duarte Ambrósio (Vogal Efetivo)

Anexo: Memorando de Acompanhamento da SROC (Vogal Efetivo do Conselho Fiscal)

***Administração dos Portos de Setúbal e
Sesimbra, S.A.***

**Memorando de Acompanhamento – Terceiro
Trimestre de 2016**



Ao Conselho Fiscal e Conselho de Administração da
APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.

Memorando de Acompanhamento – Terceiro Trimestre de 2016

Exmos. Senhores,

Introdução

1 Para efeitos do disposto no n.º 2 do Artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de novembro, procedemos à análise da informação financeira preparada pelo Conselho de Administração da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., relativa ao terceiro trimestre de 2016, incluída no documento em anexo denominado por “Relatório Económico-Financeiro – 3.º Trimestre 2016”, que inclui, entre outros aspetos, (i) análise orçamental, (ii) análise financeira comparativa, (iii) análise do plano de investimentos, (iv) programa “pagar a tempo e horas” e (v) a aplicação das normas da contratação pública.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho da Administração da Empresa a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.

3 A nossa responsabilidade consiste em acompanhar a atividade da Empresa ao longo do período e na elaboração de um Memorando de Acompanhamento sucinto, com vista à identificação dos principais desvios em relação às previsões, assim como de outras situações que, de um ponto de vista contabilístico ou de controlo interno, entendemos dever realçar.

Âmbito

4 Para a elaboração deste Memorando de Acompanhamento, efetuamos:

- a) O acompanhamento da atividade da Empresa, através da participação em reuniões havidas com o Conselho de Administração e outros responsáveis, e da leitura das atas relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
- b) A análise da informação financeira relativa ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, incluindo os principais desvios em relação às previsões, os quais se encontram detalhados no documento em anexo preparado pelo Conselho de Administração da Empresa, denominado por “Relatório Económico-Financeiro – 3.º Trimestre 2016”;
- c) A análise do grau de cumprimento do “Programa pagar a tempo e horas”;

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na CMVM sob o n.º 20161485

5 Nas circunstâncias, o trabalho efetuado não constitui um exame às demonstrações financeiras da Empresa do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, nem tão pouco uma revisão limitada às mesmas, de acordo com os normativos de auditoria, mas apenas no acompanhamento da atividade desenvolvida pela Empresa no período em análise, por forma a dar cumprimento ao disposto no n.º 2 do Artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de novembro.

Principais aspetos e considerações

6 Neste contexto, e com o objetivo de proporcionar informação sobre o trabalho realizado, resumimos, de seguida, os principais aspetos e considerações decorrentes da análise à execução do orçamento e informação financeira da Empresa do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, que entendemos dever realçar neste Memorando de Acompanhamento:

6.1 O balanço e a demonstração dos resultados do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, assim como a evolução dos gastos e rendimentos face ao orçamento e ao período homólogo do exercício anterior encontram-se detalhadas no documento em anexo (capítulos 1 e 2), preparado pelo Conselho de Administração da Empresa, denominado por “Relatório Económico-Financeiro – 3.º Trimestre 2016”.

6.2 Com referência a 30 de setembro de 2016, a Empresa apresenta um saldo a receber do cliente Marina Marbella no valor de 527 milhares de euros, em relação ao qual foi constituída uma imparidade de 431 milhares de euros. Considerando a antiguidade global do saldo em dívida, que no exercício em análise não se verificaram quaisquer recebimentos e que existe um processo em tribunal relativo a esta situação, com referência a 31 de dezembro de 2016, a APSS procedeu à constituição de uma imparidade total para o saldo em dívida.

Ainda a este respeito, salientamos o facto de a APSS ter suspenso a faturação a esta entidade, apesar de o contrato não se encontrar rescindido. Assim, recomendamos à APSS que pondere registar os proveitos relativos a este contrato e, em simultâneo, efetue uma análise da cobrabilidade desses valores e proceda ao registo das imparidades que considere revelarem-se necessárias, em função da expectativa de cobrança.

6.3 À semelhança do ano anterior, a APSS não reconheceu os ativos e passivo, resultantes de um contrato de concessão, o qual prevê o pagamento de uma indemnização pela reversão de determinados bens no final da concessão, por decisão unilateral do concessionário, devido ao facto de ser sua expectativa de que o contrato irá ser prorrogado por um período de tempo que permitirá a amortização integral desses bens. Atendendo a que, ao contrário da expectativa inicial, esta situação não teve evolução durante o exercício de 2016, não temos informação que nos permita avaliar sobre a possibilidade e o momento de concretização deste pressuposto, não estando em condições de concluir sobre a sua razoabilidade e, consequentemente, sobre os eventuais efeitos desta situação nas demonstrações financeiras da Empresa.

6.4 A empresa encontra-se a analisar as eventuais consequências da emissão, no final de 2016, pela Autoridade Tributária de um Parecer vinculativo a uma administração portuária, no âmbito do enquadramento em sede de IVA de serviços prestados a terceiros. Encontrando-se a referida análise em curso, não nos foi disponibilizada ainda toda a informação que nos permita concluir sobre a existência ou não de eventuais efeitos desta situação nas demonstrações financeiras da Empresa.



6.5 De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº11/2016, de 16 março, e o Dec. Lei nº 6/2017, de 16 de janeiro, foi implementada a Fatura Única Portuária (FUP) nos principais portos do país, com efeitos a 1 de janeiro de 2017. Recomendamos à APSS que analise detalhadamente as implicações fiscais e contabilísticas decorrentes da implementação da FUP, por forma a garantir a conformidade deste processo com a legislação e demais normas em vigor.

6.6 Com referência a 30 de setembro de 2016, no âmbito do “Programa pagar a tempo e horas” e tendo em consideração as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, são os seguintes os prazos médios de pagamento da Empresa (dias):

<u>30.09.16</u>	<u>31.12.15</u>
(dias)	(1)
<u>48</u>	<u>54</u>
<u>67 (2)</u>	<u>65</u>

(1) Conforme publicado no Relatório e Contas de 2015

(2) Este cálculo inclui facturas não aceites pela APSS, relativas a exercícios de 2005 e 2006, no montante de 277 milhares de euros (conforme divulgado no Relatório Económico-Financeiro do 2º Trim.).

Ficamos ao dispor para eventuais esclarecimentos adicionais. Entretanto, agradecemos à APSS a amabilidade com que foram recebidos os nossos colaboradores durante a realização do nosso trabalho, apresentamos os nossos melhores cumprimentos e subscrevemo-nos.

De V. Exas.
Atentamente

9 de junho de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.